

Destilaria Generalco S.A.

**Demonstrações financeiras em 31 de
março de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas da
DESTILARIA GENERALCO S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Destilaria Generalco S.A. judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Destilaria Generalco S.A., em 31 de março de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, conforme os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940 - 1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto/ SP
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)
CEP 14027-250
Tel. (16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e das respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940 - 1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto/ SP
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)
CEP 14027-250
Tel. (16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

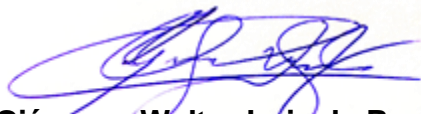
Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, da época da auditoria, do alcance planejado e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de junho de 2024.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0


Giácomo Walter Luiz de Paula
CRC1SP243.045/O-0
Contador


Johnatan Henrique dos Santos
CRC1SP295.723/O-0
Contador

São Paulo / SP
Alameda Santos, 1940 - 1º andar
CEP 01418-200
Tel. (11) 3883-1600

São Paulo / SP
Largo Pd. Péricles, 145 - 11º andar
CEP 01156-040
Tel. (11) 2231-1227

Ribeirão Preto/ SP
Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 870
11º andar - Sala 1120 (Vila do Golfe)
CEP 14027-250
Tel. (16) 3911-6149

Rio de Janeiro / RJ
Rua São José, 20 - 8º andar
CEP 20010-020
Tel. (21) 3173-9932

Manaus / AM
Rua Acre, 26 - 1º andar
CEP 69053-130
Tel. (92) 4102-0164

Vitória / ES
Av. Nossa Sra. dos Navegantes, 451
19º andar - Sala 1901
CEP 29050-335
Tel. (27) 3207-3370

Destilaria Generalco S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	3	4	Fornecedores	19	143.842	52.489
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	9	8.952	34.718	Arrendamentos	18	58.297	-
Estoques e adiantamento a fornecedores	10	80.395	141.554	Adiantamento de clientes		227	3.569
Ativos biológicos	11	15.758	43.597	Partes relacionadas	13	4.841	34
Impostos a recuperar	12	21.956	15.648	Impostos e contribuições a recolher	20	862	313
Despesas antecipadas		-	3	Impostos parcelados	21	1.642	11.080
Outros créditos	15	100	10	Salários e encargos sociais	22	18.782	7.471
Total do ativo circulante		<u>127.164</u>	<u>235.534</u>	Credores Recuperação Judicial	33	4.634	8.942
				Outras obrigações	24	52	13
				Total do passivo circulante		<u>233.179</u>	<u>83.911</u>
Partes relacionadas	13	544.522	475.418	Arrendamentos	18	139.953	-
Depósitos judiciais	23	81	149	Impostos parcelados	21	6.433	10.441
Impostos a recuperar	12	417	418	Provisão para processos judiciais	23	14.775	17.056
Total do realizável a longo prazo		<u>545.020</u>	<u>475.985</u>	Passivo fiscal diferido	25	3.115	3.370
				Credores Recuperação Judicial	33	53.295	65.244
				Partes relacionadas	13	615.537	689.945
				Total do passivo não circulante		<u>833.108</u>	<u>786.056</u>
Investimentos	14	88.377	88.789	Patrimônio líquido	26		
Propriedade para investimentos		-	-	Capital social		22.500	22.500
Outros investimentos	16	816	816	Reserva legal		349	349
Direito de uso	18	194.580	-	Reserva de incentivos fiscais		80	80
Imobilizado	17	138.413	104.736	Ajustes de avaliação patrimonial		6.379	6.411
Total do ativo não circulante		<u>967.206</u>	<u>670.326</u>	Reserva de lucros a realizar		-	6.553
				Prejuízos acumulados		(1.225)	-
Total do ativo		<u><u>1.094.370</u></u>	<u><u>905.860</u></u>	Total do patrimônio líquido		<u>28.083</u>	<u>35.893</u>
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.094.370</u></u>	<u><u>905.860</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Destilaria Generalco S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	28	47.266	456.914
Mudança no valor justo do ativo biológico	11	2.346	1.236
Custo dos produtos vendidos	29	<u>(45.066)</u>	<u>(400.013)</u>
Lucro bruto		<u>4.546</u>	<u>58.137</u>
Despesas com vendas	29	(2.185)	(6.970)
Administrativas e gerais	29	(6.061)	(10.501)
Outras (despesas) receitas operacionais	30	<u>10.802</u>	<u>8.591</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		<u>7.102</u>	<u>49.257</u>
Receitas financeiras		474	842
Despesas financeiras		(15.600)	(36.385)
Variação cambial líquida		<u>371</u>	<u>(776)</u>
Financeiras líquidas	31	<u>(14.755)</u>	<u>(36.319)</u>
Resultado da equivalência patrimonial	14	<u>(412)</u>	<u>(259)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>(8.065)</u>	<u>12.679</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	<u>255</u>	<u>20.962</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>(7.810)</u></u>	<u><u>33.641</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Destilaria Generalco S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	(7.810)	33.641
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(7.810)</u></u>	<u><u>33.641</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Destilaria Generalco S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2022		22.500	-	-	6.454	-	(26.702)	2.252
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado próprio	26.c	-	-	-	(43)	-	43	-
Lucro do exercício			-	-		-	33.641	33.641
Destinações do lucro do exercício:								
Reserva legal	26.b	-	349	-	-	-	(349)	-
Reserva de incentivos fiscais	26.d	-	-	80	-	-	(80)	-
Reserva de lucros a realizar	26.e	-	-	-	-	6.553	(6.553)	-
Saldos em 31 de março de 2023		22.500	349	80	6.411	6.553	-	35.893
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado próprio	26.c	-	-	-	(32)	-	32	-
Transferência para prejuízos acumulados		-	-	-	-	(6.553)	6.553	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	-	(7.810)	(7.810)
Saldos em 31 de março de 2024		22.500	349	80	6.379	-	(1.225)	28.083

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Destilaria Generalco S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		(7.810)	33.641
Ajustado para:			
Depreciação do imobilizado	17	21.189	176
Amortização do ativo biológico	11	42.521	8.737
Amortização do direito de uso	18	17.548	53.562
Mudança no valor justo de ativos biológicos	11	(2.346)	(1.236)
Valor residual de ativo imobilizado baixado/vendido		15.979	16.220
Resultado de equivalência patrimonial	14	412	259
Resultado de variação cambial líquida	31	(371)	776
Juros sobre recuperação judicial	34	1.268	1.514
Provisão para contingência	29	(2.281)	1.971
Juros sobre arrendamentos	18	11.970	32.938
Benefício decorrentes de parcelamentos	30	11.612	227
Impostos diferidos	26	(255)	(20.962)
		<u>109.436</u>	<u>127.823</u>
Variação nos ativos e passivos			
(Aumento) ou diminuição dos ativos			
Contas a receber de clientes		25.766	(16.157)
Impostos a recuperar		(6.307)	(12.066)
Estoques e adiantamento a fornecedores		61.159	(117.276)
Despesas antecipadas		3	(3)
Depósitos judiciais e outros créditos		(22)	518
Partes relacionadas		(138.704)	260.908
Aumento ou (diminuição) dos passivos			
Fornecedores		91.353	(18.560)
Salários e encargos sociais		11.311	(3.895)
Impostos e contribuições a recolher		549	32
Adiantamento de clientes		(3.342)	1.003
Impostos parcelados		(25.058)	(8.892)
Outras obrigações		878	268
Juros pagos - arrendamento	18	(10.174)	(30.323)
Juros pagos - recuperação judicial	34	(566)	(429)
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais		<u>116.282</u>	<u>182.951</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	17	(70.845)	(85.912)
Ativo biológico	11	(12.336)	(42.521)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(83.181)</u>	<u>(128.433)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamentos	18	(16.206)	(47.389)
Amortização de credores recuperação judicial	34	(16.896)	(7.129)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(33.102)</u>	<u>(54.518)</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>(1)</u>	<u>-</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa			
No início do exercício		4	4
No fim do exercício		<u>3</u>	<u>4</u>
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa		<u>(1)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

Destilaria Generalco S.A.

A Companhia tem como objetivo a industrialização de cana-de-açúcar para a fabricação de açúcar, etanol anidro e hidratado e sua comercialização no país e no exterior.

A Companhia em 20 de julho de 2015 aportou os ativos na Nova Aralco S.A. Indústria e Comércio, passando assim ser detentora de 26% de participação societária da investida.

Em 03 de janeiro de 2022, a Destilaria Generalco S.A. obteve cessão de uso (comodato) do parque industrial da Nova Aralco Indústria e Comércio S.A. e Figueira Indústria e Comércio S.A. unidade General Salgado - SP, dando continuidade nas operações desta unidade que atualmente produz e comercializa açúcar, etanol e outros produtos afins para o país e exterior.

A crise econômico-financeira do Grupo Aralco (englobando a Destilaria Generalco S.A.) e o consequente ajuizamento do pedido de recuperação judicial em 28 de fevereiro de 2014 decorreram da: (i) queda dos preços de açúcar e etanol nos últimos anos, consequência de um ciclo excessivo de oferta; (ii) da desvalorização cambial do Real, a qual afetou o endividamento do Grupo Aralco de forma substancial; (iii) da baixa produtividade agrícola vivenciada pelo Grupo Aralco devido ao baixo investimento agrícola nas últimas safras; e (iv) da estiagem que afetou as regiões produtoras de cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil nas últimas safras.

Diante desse cenário, o Grupo elaborou um Plano alternativo visando a continuidade operacional dos negócios. Em 4 de junho de 2019, o Grupo aprovou em assembleia geral de credores o Novo Plano de recuperação judicial, que foi homologado em 11 de julho de 2019, conforme nota explicativa 30 - Credores recuperação judicial. O Grupo está honrando em sua totalidade os compromissos assumidos junto aos credores decorrentes do processo de recuperação judicial. Na safra do período de 2023/2024, o Grupo está focado na comercialização de açúcar em virtude dos preços atuais dessa *commodity*. Atualmente estão sendo fixados preços satisfatórios dentro da média de mercado.

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia, o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$ 106.015 mil (R\$ 151.623 mil em 31 de março de 2023).

Durante o exercício de 31 de março de 2024 o Grupo Aralco teve Receita operacional líquida de R\$ 1.060.828 (R\$ 773.265 em 31 de março de 2023) que foram substancialmente centralizados na Controlada Figueira Indústria e Comércio S.A. e durante o exercício de 31 de março de 2023 na Destilaria Generalco S.A.

Pedido de encerramento da Recuperação Judicial

Considerando a comprovação de cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado, e continuidade dos negócios, em 23 de fevereiro de 2023 o Grupo Aralco apresentou pedido requerendo o encerramento da recuperação judicial,

obtendo parecer favorável do Ministério Público e Administrador Judicial. A sentença de encerramento da recuperação judicial foi proferida em 01/12/2023, sendo que atualmente aguarda certificação do trânsito em julgado.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Aralco de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil são apresentadas separadamente, considerando que as demonstrações financeiras consolidadas da Aralco S.A. - Indústria e Comércio refletem a posição financeira e patrimonial do Grupo econômico Aralco. A apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas na controladora Aralco S.A. - Indústria e Comércio atendem aos requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 36 – Demonstrações consolidadas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de junho de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo estão apresentados na nota explicativa 6.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo em milhares, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 11 – Ativo biológico; e

Nota explicativa 32 - Instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de março de 2024 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 9 - Provisão para perda de crédito esperada (contas a receber de clientes e outras contas a receber);

Nota explicativa 17 - Vida útil do ativo imobilizado e teste de redução ao valor recuperável principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

Nota explicativa 23 - Provisão para processos judiciais; e

Nota explicativa 25 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Mensuração sobre o valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Nota explicativa 11 – Ativo biológico; e

Nota explicativa 32 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

(i) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

b. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que refletem as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com

base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os impostos correntes ativos e passivos são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

d. Estoques

Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas, no qual os estoques são avaliados.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 01 de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para os CPCs, foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil estimada - em anos
Edifícios e construções	29
Móveis e utensílios	10
Máquinas e equipamentos	14
Computadores e periféricos	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f. Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e nes se caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- for mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais gerarem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) é tratada como consistente com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* é reconhecida no

resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere, nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, assim como também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha no presente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g. *Redução do valor recuperável (impairment)*

(i) *Ativos financeiros não - derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço patrimonial para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de riscos similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou Unidades Geradoras de Caixa - UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs), de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

i. Receita operacional

Venda de produtos

A receita operacional é reconhecida quando os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos produtos forem transferidos para o comprador; for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; não houver envolvimento contínuo com os produtos vendidos; ou o valor da receita operacional puder ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

A Companhia transfere os riscos e benefícios de suas modalidades de acordo com o descrito a seguir:

Vendas de açúcar no mercado externo

As vendas de açúcar no mercado externo são realizadas utilizando a *incoterm FOB - Free on Board*, que é quando o vendedor tem a responsabilidade de transportar a mercadoria até o navio indicado pelo comprador, assumindo assim os riscos e custos até o navio.

A receita proveniente dessa venda é reconhecida pela Companhia no momento da entrega da mercadoria no navio indicado pelo comprador, que é o momento da transferência de propriedade.

Venda de etanol no mercado interno

A Companhia realiza vendas de etanol no mercado interno utilizando a *incoterm EXW - Ex Works*, que é quando o comprador retira a mercadoria nas dependências do vendedor. Assim, o vendedor não assume os riscos e custos relativos ao transporte.

O reconhecimento das receitas é realizado no momento da emissão da nota fiscal de venda, que ocorre no carregamento e na saída do caminhão das dependências da Companhia, sendo assim o momento de transferência de propriedade para o comprador.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber).

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso na data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos fundamentados em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação

e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico, nem baseado em uma técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado em uma base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis, ou até que a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

I. Arrendamento

No início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é ou contém um arrendamento se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação nesse contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento, e contabiliza como um único componente os de arrendamento e não arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo deste refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação sobre se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão, ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento e passivos de arrendamento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal, e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é de curto prazo, que a Companhia, como arrendatário,

contabiliza aplicando a isenção descrita acima, o subarrendamento é classificado como operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

(iii) ***Mensuração do valor justo***

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Para uma série de políticas contábeis e divulgações, a Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia usa técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo, ajustado para a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

a) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1)**

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionados a este tópico.

b) **Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)**

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto e não espera alterações relevantes relacionados a este tópico.

c) **Outras normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Circulante		
Caixa e depósitos bancários	3	4
	<u>3</u>	<u>4</u>

O saldo de caixa e bancos compreende depósitos para uso imediato. Os saldos derivam do curso normal das operações da Companhia.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e análise de sensibilidade de juros estão apresentados na nota explicativa 32.

9 Contas a receber de clientes e outras contas a receber

	2024	2023
Contas a receber - mercado interno	8.952	34.718
	8.952	34.718
	8.952	34.718

A exposição da Companhia a risco de crédito está apresentada na nota explicativa 32.

As contas a receber de clientes são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

10 Estoques e adiantamento a fornecedores

	2024	2023
Circulante		
Produtos acabados:		
Etanol	5.976	46.320
Materiais secundários e outros:		
Insumos, materiais auxiliares de manutenção e outros	3.928	572
Adiantamentos:		
Compras de cana-de-açúcar	59.442	90.352
Compras de insumos	11.049	4.310
	80.395	141.554
	80.395	141.554

Os adiantamentos a fornecedores de cana referem-se a valores adiantados para futuro fornecimento de cana de contratos de parceria.

11 Ativo biológico

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 29 - Ativo Biológico, atendendo, assim, os dispostos estabelecidos no Pronunciamento Técnico, em que seus ativos biológicos (“cana-de-açúcar”) passaram a ser mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

a. Cana-de-açúcar

(i) *Principais premissas utilizadas para atribuição do valor justo aos ativos biológicos*

Com base no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, o Grupo reconhece seus ativos biológicos a valor justo em que a lavoura de cana-de-açúcar é valorizada por seu valor justo, o qual reflete o preço de venda de ativo menos os impostos e custos necessários para colocação do produto em consumo ou venda. As metodologias utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos correspondem à projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade da lavoura de cana-de-açúcar.

(ii) **Apresentação**

A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos do Grupo:

Saldo em 31 de março de 2022	8.577
Adições com tratos de cana	42.521
Absorção dos custos de cana colheita	(8.737)
Variação no valor justo (Nota 30)	1.236
	<hr/>
Saldo em 31 de março de 2023	43.597
Adições com tratos de cana	12.336
Absorção dos custos de cana colheita	(42.521)
Variação no valor justo (Nota 29)	2.346
	<hr/>
Saldo em 31 de março de 2024	15.758
	<hr/> <hr/>

A estimativa do valor justo poderia aumentar (ou diminuir) se:

O preço estimado do ATR fosse maior (ou menor);

A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (ou menor); e

A taxa de desconto fosse menor (ou maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, conseqüentemente, nos resultados operacionais do Grupo, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios do Grupo estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região Centro-Sul do Brasil.

Soqueiras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar.

	2024	2023
Áreas replantadas (hectares)	3.027,54	4.904,64
Custo do replantio (R\$/hectares)	11.130,33	11.853,87

Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras estão. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2024	2023
Área estimada de colheita (hectares)	15.487	32.489
Produtividade prevista (toneladas de cana / hectare)	78,99	58,95
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg/t)	139,40	140,74
Valor do kg de ATR - R\$	1,0145	1,1707
WACC	11,58%	15,01%

O ativo biológico cana-de-açúcar possui sua realização na safra 2024/2025.

O Grupo revisa periodicamente as premissas utilizadas para o cálculo do ativo biológico atualizando-as caso existam variações significativas em relação às projetadas anteriormente.

Riscos regulatórios e ambientais

O Grupo está sujeito às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. O Grupo estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

O Grupo está exposto aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, o Grupo faz a gestão destes riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outros

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. O Grupo tem processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

12 Impostos a recuperar

	2024	2023
ICMS		
ICMS sobre insumos e outros (i)	1.970	1.219
ICMS sobre compra de cana-de-açúcar (ii)	82	125
ICMS sobre ativo imobilizado (iii)	481	357
	2.533	1.701
IRRF a compensar	1	1
COFINS	16.249	11.762
PIS	3.528	2.554
IPI	51	42
Outros	11	6
	19.840	14.365
	22.373	16.066
Ativo circulante	21.956	15.648
Ativo não circulante	417	418

- (i) Refere-se a créditos decorrentes da aquisição de insumos, material de embalagem, material intermediário, combustível e outros; e
- (ii) Refere-se a créditos sobre aquisição de compra de cana-de-açúcar.
- (iii) Refere-se a créditos sobre aquisição de ativo imobilizado que podem ser utilizados à razão de 1/48 avos.

13 Partes relacionadas

a. Outras contas receber e outras contas a pagar

Os principais saldos de em 31 de março de 2024 e 2023 referem-se basicamente a:

	2024	2023
Ativo não circulante		
Aralco S.A. - Indústria e Comércio S.A.	522.026	462.171
Alcoazul S.A. - Açúcar e Álcool	16.538	9.216
Verde Azul Administradora de Recursos	5.958	4.031
	544.522	475.418
	2024	2023
Passivo circulante		
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	31	30
Figueira Indústria e Comércio S.A.	4.810	4
	4.841	34
	2024	2023
Passivo não circulante		
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	16.157	9.769
Figueira Indústria e Comércio S.A.	599.380	680.176
	615.537	689.945

Referem-se à conta corrente, cujo objetivo é transacionar um caixa único, visto que as empresas aportaram seus ativos nas demais empresas do Grupo em decorrência da condição do Plano de Recuperação Judicial.

O aumento de partes relacionadas se trata de transações de venda de açúcar para empresa Aralco Indústria e Comercio S.A para revenda e também centralização das operações agrícolas com a Figueira Indústria e Comércio S.A.

A realização dos saldos entre as partes ocorrerá por meio de sinergias das operações seja por produtos ou prestação de serviços.

14 Investimentos

	2024	2023
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial		
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	88.377	88.789

Nenhuma das empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em Bolsa de Valores.

Destilaria Generalco S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2024

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras de empresas do Grupo:

	Participação - %	Quantidade de ações/quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Investimento (Provisão para perda de investimento)	Equivalência patrimonial
Em 31 de março de 2024														
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	26,48	9.257.650.753	1.924	443.649	445.573	1.467	110.413	111.880	333.693	70	(1.626)	(1.556)	88.377	<u>(412)</u>
														<u><u>(412)</u></u>
Em 31 de março de 2023														
Nova Aralco Indústria e Comércio S.A.	26,48	9.257.650.753	1.831	444.606	446.437	1.818	109.370	111.188	335.250	1.288	(2.266)	(978)	88.789	<u>(259)</u>
														<u><u>(259)</u></u>

15 Outros créditos

	Consolidado	
	2024	2023
Circulante:		
Adiantamentos a empregados	100	10
	<u>100</u>	<u>10</u>

16 Outros investimentos

	2024	2023
Outros investimentos - avaliados pelo valor justo		
Copersucar S.A.	794	794
Outros investimentos	<u>22</u>	<u>22</u>
	<u>816</u>	<u>816</u>

17 Imobilizado

Custo	Imóveis	Edifícios e construções	Móveis e utensílios	Máquinas, equipamentos e instalações (*)	Computadores e periféricos	Imobilizado em andamento (**)	Lavoura de cana de açúcar	Total
Saldo em 31 de março de 2022	200	-	4	21.019	81	26.054	-	47.358
Adições	-	-	115	23.990	246	60.204	-	84.555
Baixas	-	-	(36)	(26.953)	-	-	-	(26.989)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2023	<u>200</u>	<u>-</u>	<u>83</u>	<u>18.056</u>	<u>327</u>	<u>86.258</u>	<u>-</u>	<u>104.924</u>
Adições	-	-	37	34.653	10	36.145	-	70.845
Baixas	-	-	-	(15.979)	-	-	-	(15.979)
Transferências	-	165	-	2.538	-	(85.459)	82.756	-
Saldo em 31 de março de 2024	<u><u>200</u></u>	<u><u>165</u></u>	<u><u>120</u></u>	<u><u>39.268</u></u>	<u><u>337</u></u>	<u><u>36.944</u></u>	<u><u>82.756</u></u>	<u><u>159.790</u></u>
Depreciação								
Saldo em 31 de março de 2022	-	-	-	(11)	(1)	-	-	(12)
Depreciação do exercício	-	-	(6)	(119)	(51)	-	-	(176)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2023	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6)</u>	<u>(130)</u>	<u>(52)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(188)</u>
Depreciação do exercício	-	(7)	(10)	(424)	(67)	-	(20.681)	(21.189)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2024	<u><u>-</u></u>	<u><u>(7)</u></u>	<u><u>(16)</u></u>	<u><u>(554)</u></u>	<u><u>(119)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(20.681)</u></u>	<u><u>(21.377)</u></u>
Valor líquido contábil								
Em 31 de março de 2024	200	158	104	38.714	218	36.944	62.075	138.413
Em 31 de março de 2023	200	-	77	17.926	275	86.258	-	104.736

(*) Os gastos com manutenção de entressafra são aqueles incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção da safra seguinte.

(**) Os gastos com imobilizado em andamento sofreu um aumento devido à Destilaria Generalco concentrar as operações agrícolas do Grupo.

18 Direito de uso e arrendamentos

O Grupo adotou o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de abril de 2019.

A seguir estão demonstradas as movimentações dos ativos de direito de uso da Companhia:

	Direto de uso de terras
Saldo em 31 de março de 2022	244.752
Adições de contratos	105.184
Remensuração dos contratos	(14.626)
Bens baixados	(281.748)
Depreciação	<u>(53.562)</u>
Saldo em 31 de março de 2023	-
Adições de contratos	229.530
Remensuração dos contratos	(5.830)
Bens baixados (i)	(11.572)
Depreciação	<u>(17.548)</u>
Saldo em 31 de março de 2024	<u>194.580</u>

A seguir estão demonstradas as movimentações dos passivos de arrendamento da Companhia:

	Parcerias e arrendamentos agrícolas
Saldo em 31 de março de 2022	246.733
Adições de contratos	105.184
Remensuração dos contratos	(11.006)
Pagamentos	(47.389)
Juros pagos	(30.323)
Remensuração dos juros	(3.620)
Baixa	(292.517)
Apropriação de Juros	<u>32.938</u>
Saldo em 31 de março de 2023	-
Adições de contratos	229.531
Remensuração dos contratos	(4.381)
Pagamentos	(16.206)
Juros pagos	(10.174)
Remensuração dos juros	(1.450)
Baixa (i)	(11.040)
Apropriação de Juros	<u>11.970</u>
Saldo em 31 de março de 2024	<u>198.250</u>
Passivo circulante	58.297
Passivo não circulante	139.953

- (i) Parte das baixas do exercício ocorreram devido a transferência dos contratos para a Figueira Industria e Comércio S.A., empresa do Grupo Aralco.

19 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores de cana	129.685	39.794
Fornecedores de bens e serviços	14.157	12.695
	143.842	52.489

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é apresentada na nota explicativa 32.

20 Impostos e contribuições a recolher

	2024	2023
IRRF	743	89
FUNRURAL	17	-
ISSQN	16	172
Outros	86	52
	862	313

21 Impostos parcelados

	2024	2023
Receita Estadual (ICMS) (i)	8.075	16.706
INSS (ii)	-	2.215
Parcelamentos Excepcional - PGFN	-	2.600
	8.075	21.521
Passivo circulante	1.642	11.080
Passivo não circulante	6.433	10.441

- (i) Em 19 de março de 2013, as Autoridades Fiscais do Estado de São Paulo aceitaram nosso requerimento de inclusão no Programa Especial de Parcelamento - PEP com o objetivo de pagar ICMS no Estado de São Paulo em 120 parcelas com 50% de redução de multas e 40% de redução de juros. O montante total do programa foi de R\$ 72,6 milhões. Em fevereiro de 2024, foi feita Transação por adesão conforme – Artigo 43 da Lei Estadual n. 17.843/2023 reduzindo assim os valores do parcelamento por efeito de 100% de redução de juros e aproximadamente 90% de redução de multas e honorários, resultando em desconto líquido de R\$ 3,8 milhões.
- (ii) O Grupo parcelou débitos de impostos federais e previdenciários através da adesão à modalidade de transação excepcional do Programa de Retomada Fiscal do Ministério da Economia/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (Portaria PGFN 2.381/2021).

22 Salários e encargos sociais

	2024	2023
FGTS a recolher	492	98
INSS a recolher	1.590	1.242
Pró-labore a pagar	6	6
Salários e encargos a pagar	4.579	5.400
Provisão para 13º salário e férias	10.906	533
Encargos sobre provisões	1.209	192
	18.782	7.471

23 Provisões para demandas judiciais

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de março de 2022	10.812	79	4.194	15.085
Provisões constituídas	-	13	1.958	1.971
Provisões utilizadas	-	-	-	-
Provisões revertidas	-	-	-	-
	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2023	10.812	92	6.152	17.056
Provisões constituídas	-	-	-	-
Provisões utilizadas	-	-	-	-
Provisões revertidas	-	-	(2.281)	(2.281)
	-	-	(2.281)	(2.281)
Saldo em 31 de março de 2024	10.812	92	3.871	14.775

Para as provisões apresentadas acima, existem depósitos judiciais que compõem o montante de R\$ 81 (R\$ 149 em 31 de março de 2023).

Em virtude das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Grupo, foi pedida a Recuperação Judicial 1001985-03.2014.8.26.0032 em 28 de fevereiro de 2014.

Vários compromissos deixaram de ser honrados, motivando o ajuizamento de diversas medidas judiciais contra as empresas que compõem o grupo econômico, o que resultou no surgimento de várias ações cíveis e judiciais.

Alguns parcelamentos de impostos não puderam ser cumpridos, aumentando o valor das contingências tributárias.

Ante as dificuldades econômicas, o Grupo promoveu uma significativa redução no quadro de funcionários, aumentando o número de reclamações trabalhistas.

Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Empresa não possui litígios decorrentes de ações trabalhistas, fiscais ou cíveis com probabilidade de perda considerada possível.

24 Outras obrigações

	2024	2023
Mensalidades sindicais	5	4
Outros	47	9
	52	13
	52	13

25 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Natureza dos tributos diferidos

Em 31 de março de 2024, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos sobre os seguintes valores base:

	Saldo em 2022	Reconhecidos no resultado	Compensação de passivo tributário	Saldo em 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 2024
Provisões para demandas judiciais e outras	256	1.188	-	1.444	(1.305)	139
Ativo biológico	(2)	(363)	-	(365)	(798)	(1.163)
Prejuízo fiscal e base negativa	-	22.003	(22.003)	-	333	333
Direito de uso (Efeito CPC 06)	742	(1.888)	-	(1.146)	2.008	862
Imobilizado líquido - Custo atribuído	(3.325)	22	-	(3.303)	17	(3.286)
	(2.329)	20.962	(22.003)	(3.370)	255	(3.115)
	(2.329)	20.962	(22.003)	(3.370)	255	(3.115)

A Companhia possui R\$ 107.177 de créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não reconhecidos em função da perspectiva de não realização dos referidos créditos.

a. Composição do imposto de renda e contribuição social do resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada abaixo:

	2024	2023
Resultado contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.065)	12.679
(-/+) Resultado da equivalência patrimonial	412	259
	(7.652)	12.938
Alíquota fiscal combinada - base de até 240 mil	24%	24%
Alíquota fiscal combinada - base acima de 240 mil	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	2.602	(4.399)
<i>Ajustes para a apuração da alíquota efetiva:</i>		
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	(9.231)	(22.990)
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal e base negativa	6.884	48.351
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	255	20.962
Alíquota efetiva	-3%	165%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	255	20.962

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 22.500.000 ações ordinárias nominativas (idêntico em 31 de março de 2023), sem valor nominal, totalmente integralizado.

b. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado pelo Companhia em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição. Efeitos estes deduzidos do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos e que vêm sendo realizados mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

d. Reservas de incentivos fiscais

Constituída nos termos do Artigo 195-A da Lei 6.404/76 onde a administração pode propor a destinação para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório (inciso I do caput do artigo 202 da lei 6.404/76). A atual reserva de incentivos fiscais foi constituída com base no crédito outorgado do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) a produtores ou distribuidores de etanol hidratado combustível conforme Decreto nº 67.121 de 26 de setembro de 2022.

e. Dividendos

Os acionistas têm direito a receber, como dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício ajustado. Neste exercício a Administração da Companhia entende que a distribuição de

dividendos é incompatível com a atual situação financeira da Companhia que está se soerguendo, e conforme descrito no art. 202 § 4, da lei 6.404/76, ficando a cargo da Assembleia-geral ordinária a deliberação final sobre esta proposta de distribuição dos lucros.

27 Gestão de capital

A política da Administração é manter uma base de capital sólido com o objetivo de conservar a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. A administração monitora o retorno do capital, o qual Companhia define como resultado das atividades operacionais dividido pelo total do patrimônio líquido.

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante)	Maior ou igual a 1
De alavancagem financeira (*)	Maior que 1

(*) Se o grau de alavancagem financeira (GAF) for maior que 1,0, indica que a alavancagem será considerada favorável; o retorno do Ativo Total (conjunto de bens e direitos da Companhia, expressos em moeda) será razoavelmente maior que a remuneração paga ao capital de terceiros.

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	2024	2023
Ativo circulante	127.164	235.534
Passivo circulante	233.179	83.911
Índice de liquidez	0,545	2,807
Resultado do exercício	(7.810)	33.641
Patrimônio líquido	28.083	35.893
RPL (retorno sobre o patrimônio líquido)	0,278	(0,937)
Resultado do exercício	(7.810)	33.641
Ativo total	1.094.370	905.860
RAT (retorno sobre o ativo total)	0,007	0,037
GAF (grau de alavancagem financeira) RPL/RAT	38,969	(25,238)

28 Receita operacional líquida

As receitas operacionais do Grupo são compostas pela venda de açúcar e etanol para o mercado interno e externo.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2024	2023
Açúcar	16.142	356.715
Etanol	13.812	106.772
Bagaço de cana	640	79
Diesel	16.253	1.275
Outras vendas	2.954	6.203
Receita bruta	49.801	471.044
(-) Impostos sobre vendas	(2.338)	(11.073)
(-) Devoluções e abatimentos	(197)	(3.057)
	47.266	456.914

29 Despesas operacionais por natureza

	2024	2023
Despesas com pessoal	10.267	69.700
Depreciação e amortização	22.265	8.753
Matéria-prima e consumíveis	9.205	81.708
Gastos com manufatura e outras	6.262	243.611
Despesa com comercialização, fretes, transbordos e armazenagens	1.642	6.051
Serviços prestados	1.014	1.146
Despesas tributárias	2.447	777
Mudança do valor justo do ativo biológico	(2.346)	(1.236)
Provisão (reversão) para demandas judiciais	(2.281)	1.971
Outras despesas (receitas) operacionais	2.491	3.767
	50.966	416.248

Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função

Custo dos produtos vendidos	45.066	400.013
Mudança no valor justo do ativo biológico (Nota 11)	(2.346)	(1.236)
Despesas com vendas	2.185	6.970
Despesas administrativas e gerais	6.061	10.501
	50.966	416.248

30 Outras (despesas) receitas operacionais líquidas

	2024	2023
Arrendamento	-	8.017
Valor residual do ativo imobilizado - baixado	30	(30)
Recuperação (perda) de benefícios de impostos (i)	11.612	227
Indenizações de seguros e judiciais	(68)	(337)
Compromissos recuperação judicial	(306)	(278)
Recuperação de despesas	143	439
Bonificações e outros	(609)	553
	10.802	8.591

- (i) Conforme parcelamento (vide nota explicativa 21) houve redução de débitos de impostos federais e previdenciário através da adesão a modalidade de transação excepcional do Programa de Retomada Fiscal do Ministério da Economia conforme (Portaria PGFN 2.381/2021).

31 Financeiras líquidas

	2024	2023
Descontos obtidos	232	29
Juros sobre recebíveis	-	1
Varição monetária ativa	242	811
Descontos concedidos	(175)	(1)
Juros sobre financiamentos e obrigações	(1)	4
Juros sobre obrigações	(11.970)	(29.296)
Juros sobre tributos	(2.096)	(5.194)
Juros sobre recuperação judicial	(1.034)	(1.160)
Varição monetária passiva	(324)	(737)
	<u>(15.126)</u>	<u>(35.543)</u>
Varição cambial líquida		
Clientes	-	(4)
Credores recuperação judicial	371	(772)
	<u>371</u>	<u>(776)</u>
	<u>(14.755)</u>	<u>(36.319)</u>

32 Instrumentos financeiros

b. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seu nível de hierarquia do valor justo.

31 de março de 2024

	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Partes relacionadas	544.522	-	-	544.522	-	544.522	-	544.522
	<u>544.522</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>544.522</u>	<u>-</u>	<u>544.522</u>	<u>-</u>	<u>544.522</u>
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	3	-	3	-	-	-	-
Contas a receber e outras contas a receber	-	8.952	-	8.952	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>8.955</u>	<u>-</u>	<u>8.955</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Credores recuperação judicial	-	-	57.929	57.929	-	97.744	-	97.744
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>57.929</u>	<u>57.929</u>	<u>-</u>	<u>97.744</u>	<u>-</u>	<u>97.744</u>
Passivo financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	143.842	143.842	-	-	-	-
Outras obrigações	-	-	52	52	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>143.894</u>	<u>143.894</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

c. Gestão de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

Os Acionistas e a Diretoria têm responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

O Conselho estabeleceu Comitês, os quais são responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. O comitê se reporta regularmente ao Conselho de Administração e a Diretoria sobre as suas atividades. São eles: Comitê Fiscal, de Auditoria, Financeiro, Produção e Recursos Humanos.

Os Comitês supervisionam como a Administração acompanha o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos da Companhia e revisa a adequação da estrutura do gerenciamento em relação aos riscos enfrentados.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

A Companhia adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia registra uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas esperadas referentes a Contas a receber de clientes.

A Administração dos valores em atraso há mais de 30 dias não incorre em perda por redução ao valor recuperável. Essas análises baseiam-se em um histórico de comportamento de pagamento e

em extensas análises dos riscos de crédito de seus respectivos clientes, incluindo avaliações de crédito de tais clientes, quando disponíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$ 3 em 31 de março de 2024 (R\$ 4 em 31 de março de 2023).

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre exista liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa da Companhia monitora continuamente a liquidez. Essa previsão considera os Planos de financiamento de dívida da Companhia e o cumprimento de suas metas.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é administrar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Risco de moeda

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais, em sua grande maioria o Real (R\$).

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo

desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
 Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
 Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
 Documentação de controles e procedimentos;
 Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
 Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
 Desenvolvimento de Planos de contingência;
 Treinamento e desenvolvimento profissional;
 Padrões éticos e comerciais; e
 Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises são discutidos entre o Comitê de Auditoria e a Alta Administração da Companhia.

Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	3	4
Contas a receber de clientes	8.952	34.718
Partes relacionadas	544.522	475.418
Outros créditos	100	10

Os instrumentos financeiros não apresentam concentrações significativas de risco.

Os vencimentos do contas a receber de clientes foram:

	2024	2023
A vencer	8.924	34.717
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	26	1
Acima de 181 dias	2	-
	8.952	34.718
(-) Provisão para perda de crédito esperada	-	-
	8.952	34.718

Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2024					
	Valor contratual	Valor contábil	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	3	3	3	-	-	-
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	8.952	8.952	8.952	-	-	-
Passivos						
Fornecedores	143.842	143.842	143.842	-	-	-
Cretores recuperação judicial	97.744	57.929	7.819	4.311	12.735	72.879
Outras contas a pagar	52	52	52	-	-	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em valores diferentes.

Risco cambial

A exposição líquida em moeda estrangeira está demonstrada no quadro a seguir:

	2024		2023	
	USD Mil	R\$	USD Mil	R\$
Cretores recuperação judicial	149	743	2.254	11.451
Exposição líquida	149	743	2.254	11.451

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram consideradas a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários II e III foram estimados com uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Análise de sensibilidade – Cambial

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2024, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores, quando aplicável, e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Cenários	Valor contábil	Provável	Alta - aumento das despesas		Baixa - redução das despesas	
			25%	50%	25%	50%
Passivos financeiros						
Cretores recuperação judicial	743	74	186	372	(186)	(372)
Impacto no resultado		74	186	372	(186)	(372)

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima foram obtidas juntos às fontes externas de mercado, como Bloomberg e B3.

Risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Risco de taxa sobre ativos e passivos financeiros – Apreciação das taxas

	Exposição 2024	Risco	Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos								
Credores recuperação judicial	<u>(57.929)</u>	Aumento CDI	10,00	<u>(5.793)</u>	12,50	<u>(7.241)</u>	15,00	<u>(8.689)</u>
Total dos passivos financeiros	<u>(57.929)</u>			<u>(5.793)</u>		<u>(7.241)</u>		<u>(8.689)</u>
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>(1.448)</u>		<u>(2.896)</u>

Risco de taxa sobre ativos e passivos financeiros – Depreciação das taxas

	Exposição 2024	Risco	Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Instrumentos								
Credores recuperação judicial	<u>(57.929)</u>	Aumento CDI	10,00	<u>(5.793)</u>	7,50	<u>(4.345)</u>	5,00	<u>(2.896)</u>
Total dos passivos financeiros	<u>(57.929)</u>			<u>(5.793)</u>		<u>(4.345)</u>		<u>(2.896)</u>
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>1.448</u>		<u>2.896</u>

33 Credores recuperação judicial

Pedido de recuperação judicial

Em 28 de fevereiro de 2014, considerando a crise de liquidez que o mercado mundial sofreu e a consequente desvalorização do real frente ao dólar, a Controladora Aralco S.A. – Indústria e Comércio e suas controladas (englobando a Companhia) sofreram um aumento substancial de seus passivos indexados àquela moeda e optaram por ingressar com o pedido de recuperação judicial nos termos da lei 11.101/2005, aprovado segundo a Assembleia Geral Extraordinária de 08 de dezembro de 2014 e deferido judicialmente em 21 de janeiro de 2015.

O Plano de Recuperação tem o objetivo de permitir ao Grupo Aralco superar sua crise econômico-financeira e atender aos interesses dos Credores, estabelecendo a fonte de recursos e uma estrutura de pagamento de seus Créditos;

O Grupo Aralco apresentou seu Plano de Recuperação judicial inicial na primeira Assembleia de Credores em 19 de novembro de 2014, e posteriormente foram realizadas outras assembleias em 26 de novembro e 03 de dezembro, e apresentado ao juízo em 04 de dezembro, cumprindo-se o requisito de publicidade. O Plano teve algumas alterações solicitadas por seus credores e, em 08 de dezembro de 2014, o Plano de Recuperação judicial final foi aprovado pelos seus credores em Assembleia. Foi homologado pela juíza Sônia Cavalcante Pessoa, da Segunda Vara Civil da Comarca de Araçatuba, sob processo número 1001985-03.2014.8.26.0032.

Em decorrência do pedido de recuperação judicial realizada pelo Grupo em 28 de fevereiro de 2014, foram reclassificados para rubrica de credores recuperação judicial e classificados de acordo com o Plano e recuperação judicial:

Destilaria Generalco S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2024

Classes de credores	Valor contábil 2024	Valor contábil 2023	Período de amortização											
			2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2030	
Trabalhistas	1.109	1.310	carência	100%	-	- Pagamentos conforme acordos entre as partes, desde 2019 até 2026								
Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	578	1.232	carência	carência	20%	20%	20%	10%	10%	10%	10%	10%	-	
Fornecedores de cana e Credores estratégicos agrícolas	2.362	7.659	carência	25%	25%	25%	5%	4%	4%	4%	4%	4%	-	
Quirografários	24.229	23.458	carência	carência	carência	carência	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	6,67%	60%	
Intervenientes garantes	24.532	35.408												
Valores não habilitados (*)	5.119	5.119												
	57.929	74.186												
Passivo circulante	4.634	8.942												
Passivo não circulante	53.295	65.244												

Movimentação de Recuperação Judicial

Classes de credores	Valor contábil 2023	Adições				Baixas			Valor contábil 2024
		Principal	Juros	Transferência de classe	Variação Cambial	Principal	Juros	Transferência de classe	
Trabalhistas	1.310	-	-	-	-	(201)	-	-	1.109
Microempresa e Empresa de Pequeno Porte	1.232	-	31	-	-	(119)	(566)	-	578
Fornecedores de cana e Credores estratégicos agrícolas	7.659	-	222	-	-	(5.519)	-	-	2.362
Quirografários	23.458	306	1.015	-	(13)	(537)	-	-	24.229
Intervenientes garantes	35.408	-	-	-	(358)	(10.518)	-	-	24.532
Valores não habilitados (*)	5.119	-	-	-	-	-	-	-	5.119
	74.186	306	1.268		(371)	(16.894)	(566)	-	57.929
Passivo circulante	8.942								4.634
Passivo não circulante	65.244								53.295

(*) Os valores não habilitados referem-se a saldos de créditos contabilizados e que não foram objeto de habilitação junto ao Plano de recuperação judicial. Tais valores ficaram pendentes na contabilidade aguardando mediação junto aos credores.

O Grupo Aralco, diante das condições de desembolso financeiro baseado no Plano de recuperação judicial e visando eliminar a exigência de captação específica do investidor Sucres et Denrées S.A. ou terceiro por ele indicados, assumindo controle na gestão financeira para cumprimento do Plano, instaurou Assembleia Geral dos Credores, na qual foi apresentada sugestão do Novo Plano de recuperação judicial para soerguer novamente a Companhia, sendo a intenção do Novo Plano permitir o pagamento dos credores de maneira mais ágil.

Em continuidade, o Grupo vinha tentando homologar seu Novo Plano de Recuperação. Em 04 de junho de 2019, o Novo Plano foi levado à votação e devidamente aprovado pelos credores, com os seguintes percentuais das classes:

- Trabalhista: 91,75% (% de participantes/cabeça) – não se aplica % de crédito;
- Garantia Real: 100,00% (% de participantes/cabeça) e 100,00% (% de crédito);
- Quirografário: 91,85% (% de participantes/cabeça) e 84,66% (% de crédito); e
- ME-EPP: 97,94% (% de participantes/cabeça) – não se aplica % de crédito.

Importante salientar que, no Novo Plano de Recuperação Judicial, não há mais a necessidade de captação dos recursos do investidor Sucres et Denrées S.A. ou terceiro por ele indicados. A Companhia assumiu que honraria os compromissos assumidos com todos os Credores, ainda podendo contratar financiamentos ou injeções de recursos em outras modalidades com quaisquer pessoas ou entidades, Credores ou não, bem como poderá oferecer em garantia de tais financiamentos quaisquer bens de sua propriedade. Ainda em Assembleia, foi aprovado que, mediante o pagamento total de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) pelos Intervenientes Garantes, aos Credores Quirografários, Credores Quirografários Colaboradores I e Credores com Garantia Real, os saldos remanescentes dos Créditos auferidos após os pagamentos realizados na forma do Novo Plano serão cedidos aos Intervenientes Garantes, que converterão em participação societária de quaisquer das sociedades que compõem do Grupo.

Ato contínuo, em 11 de julho de 2019, foi homologado o Novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo, o qual, no entanto, teve seus efeitos suspensos por liminar, e finalmente, em 19 de agosto de 2020, foram proferidos os Acórdãos por meio dos quais o TJSP negou provimento aos agravos de instrumento interpostos pelo Bancos Bradesco, Pine e BIC, mantendo-se a homologação do Novo Plano de Recuperação Judicial do Grupo. Assim, o Grupo já iniciou o pagamento dos credores que não haviam realizado as tratativas individuais, nos moldes do Novo Plano aprovado e agora homologado. Assim, todos os credores já estão recebendo seus créditos homologados no quadro geral de credores.

Considerando a comprovação de cumprimento de todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial aprovado e homologado, e continuidade dos negócios, em 23 de fevereiro de 2023 o Grupo Aralco apresentou pedido requerendo o encerramento da recuperação judicial, obtendo parecer favorável do Ministério Público e Administrador Judicial. A sentença de encerramento da recuperação judicial foi proferida em 01/12/2023, sendo que atualmente aguarda certificação do trânsito em julgado.

..*